



# BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1316 - 31/08/2015 a 06/09/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares



MST

# AGORA A PESQUISA É A INIMIGA

## EXPORTAÇÃO

Abiec e o mercado de carnes do Paraná

## ENERGIA

Copel investe em energia para o campo



FALTAM  
**249**  
DIAS PARA O  
TÉRMINO DO PRAZO

# Aos Leitores

As invasões de terra ganharam força este ano no Paraná, mas o que mudou foi o alvo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Agora a pesquisa científica foi eleita a inimiga número 1 dos que não respeitam a Constituição brasileira e o direito à propriedade.

Depois de invadir a Fazenda Figueira, em Londrina, de propriedade da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq), o MST invadiu na última segunda-feira (24) a Fazenda Capão do Cipó, em Castro (Campos Gerais) que há mais de 40 anos é utilizada pela Fundação ABC, instituição que realiza projetos de pesquisa agropecuária para as cooperativas Frísia (antiga Batavo), Capal e Castrolanda, beneficiando milhares de produtores.

A Copel e o governo do estado lançaram o Mais Clic Rural, que vai destinar R\$ 500 milhões na melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica para consumidores do campo, com foco em atividades agropecuárias de importantes processos produtivos.

O Mais Clic Rural é uma das soluções encontradas para atender as demandas levantadas pela FAEP em função dos constantes problemas no fornecimento de energia elétrica que atingem principalmente a avicultura, suinocultura e produção de leite.

Esta edição também traz o recado do presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Antônio Jorge Camardelli para o Paraná: “precisamos de mais mercados que remuneram melhor nossa produção. Enquanto outros países, que concentram grandes volumes de população se unem para comprar carne, o Brasil precisa ser mais agressivo na sua estratégia de comercialização. O que vai determinar a competitividade é a vinculação do conhecimento sanitário ao viés comercial. A hora da virada é agora”.

Boa leitura!

## Índice

Abiec .....	03
Invasão .....	05
Opinião - Reinhold Stephanes .....	11
Cadastro Nacional de Imóveis Rurais .....	12
Gripe Aviária .....	14
História - A Ilha do Medo .....	16
Ferrugem Asiática .....	18
Energia .....	20
Agrinho .....	22
Exportação .....	24
Leitor em Foco .....	25
Grãos .....	26
Nota / Fundepéc .....	27
Eventos Sindicais .....	28
Via Rápida .....	30

## Expediente

### FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

**Presidente:** Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

### SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

**Conselho Administrativo | Presidente:** Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

**Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

### Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei | **Ilustração:** Icaro Freitas

*Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.*

**Fotos da edição 1316:** Fernando Santos, Milton Dória, Gilson Abreu, Divulgação e Arquivo FAEP.

# ABIEC avalia oportunidades de mercado para o PR

Por Katia Santos



O segmento de produção de carne bovina e as indústrias exportadoras brasileiras receberam uma boa notícia - o Irã anunciou o fim do embargo a carne in natura brasileira. Enquanto isso, o setor aguarda a data para receber a comitiva de técnicos norte-americanos, que fiscalizarão os frigoríficos brasileiros. Essa visita marcará o retorno do Brasil ao mercado americano de carne in natura. Em 2014, os Estados Unidos importou um volume de 1,3 milhão de toneladas segundo dados o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

A expectativa do presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Antônio Jorge Camardelli, é de que o Brasil possa exportar até 64 mil toneladas de carne in natura aos americanos ainda em 2015. O volume inicial pode parecer pequeno diante do total importado pelos americanos, mas o valor embutido na relação Estados Unidos /Brasil é muito maior.

“Negociar com os Estados Unidos significa para o Brasil abrir vários outros mercados, que só compram de países que vendem para os americanos. Eles têm controle sobre todos os processos político e econômico. Jamais deixariam fazer um anúncio se não tivesse todas as informações sobre a condição sanitária do Brasil”, comenta Camardelli, que esteve em Curitiba participando da capacitação dos técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) a convite do Sistema FAEP.

Ele fez uma análise dos mercados acessados pelo Brasil e em particular pelo Paraná. “Tirando os que já atendemos, Rússia e Hong Kong que são grandes consumidores e, os outros menores, Costa do Marfim, Jordânia, Gabão, Moldávia, República Democrática do Congo e Azerbaijão - precisamos de mais mercado. Esses países não podem ser nosso único objetivo de venda. Temos que vender aqui para regular mercado, mas temos que buscar os mercados que remuneram melhor nossa produção”.

## Percepção de qualidade

A Abiec fez um grande investimento em uma pesquisa para descobrir como o consumidor internacional enxerga a carne brasileira no exterior. O Brasil é campeão em carne ingrediente e carne culinária. Um exemplo é a Inglaterra que compra muita carne brasileira, mas essa carne não vai para gôndola com a marca Brasil. Ele é usada como matéria-prima de produtos como lasanha e outros que não tem valor agregado. “Aí é que está a grande mudança”, aponta.

Dados da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC mostram que o Brasil não acessa os mercados que melhor remuneram a carne brasileira como: Japão, Coreia do Sul, Canadá, México e Taiwan.

Como exemplo, Camardelli cita o Japão, que paga US\$ 20 o quilo da língua bovina e um container com 25 toneladas são US\$ 500 mil. Mas, o Japão não compra do Brasil porque o país ainda vacina contra a febre aftosa. Enquanto não se reverte esse quadro, o Brasil exportará língua cozida para a Europa e receberá US\$ 6 mil pelo mesmo container. “Temos que correr para reverter isso”, pontua.

“Enquanto outros países, que concentram grandes volu-

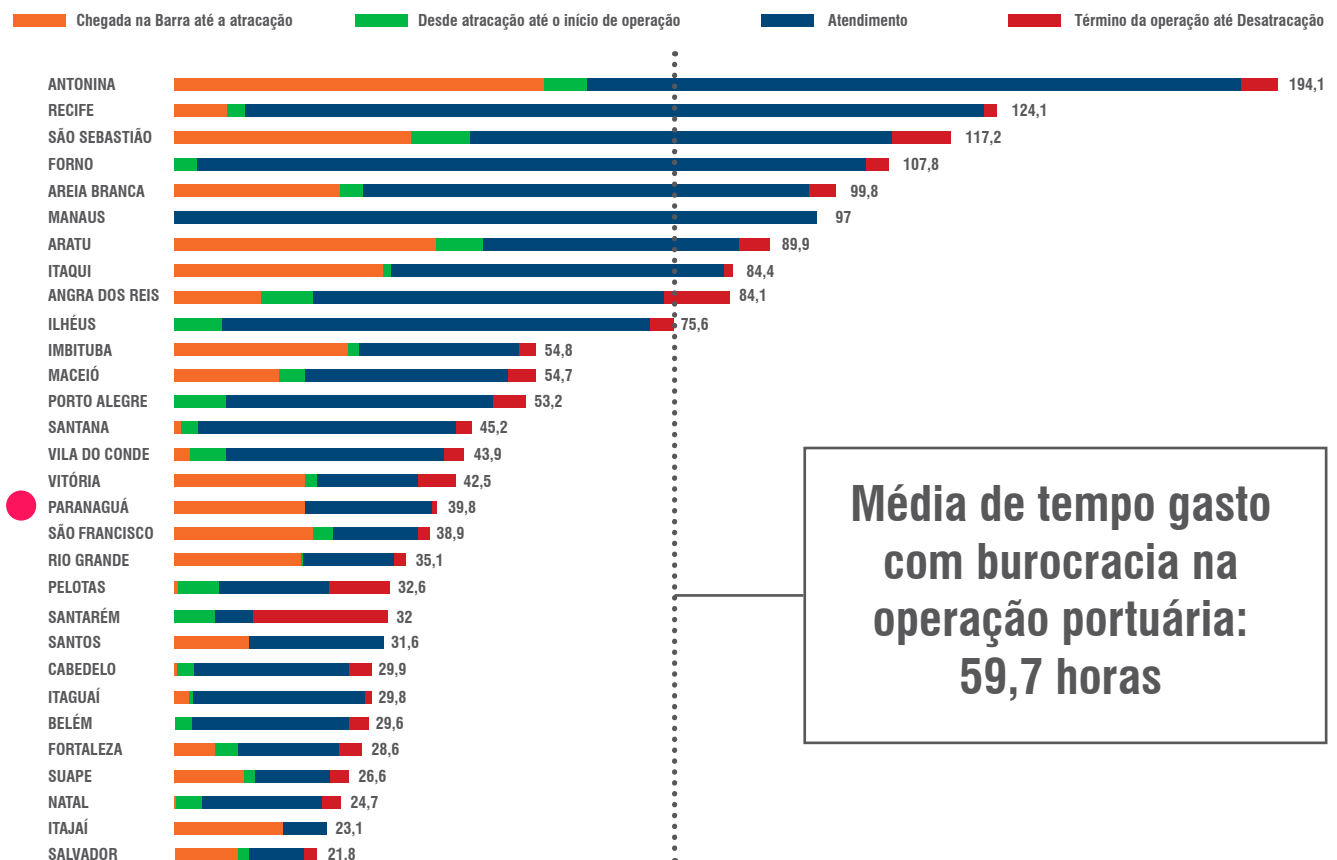
mes de população se unem para comprar carne, o Brasil precisa ser mais agressivo na sua estratégia de comercialização. O que vai determinar a competitividade é a vinculação do conhecimento sanitário ao viés comercial. A hora da virada é agora”.

Sobre o acordo com a União Europeia/Mercosul viabilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Camardelli acredita que o Brasil será beneficiado com 46% de qualquer cota que eles derem. A primeira exigência é a harmonização sanitária. “Teremos um boi Mercosul e não mais um boi do Rio Grande do Sul, do Paraná ou, do Uruguai”.

## Parceria e crescimento

Atualmente o Paraná tem dois frigoríficos aptos que exportam para a União Europeia. A Abiec e o Sistema FAEP estudam uma parceria para avaliação mensal dos abates de bovinos paranaenses; estruturando a visão comercial internacional e as possíveis necessidades de alterações de cenário em relação ao valor agregado. “Mas, o Paraná precisa ampliar e definir seu papel nesse segmento”.

## LOGÍSTICA PORTUÁRIA BRASILEIRA



## Desafios logísticos

Um dos questionamentos da Abiec é com relação a infraestrutura. “Por que as exportações paranaenses de carne ainda acontecem pelos Portos de Santos e São Francisco?”.

De acordo com a Abiec, o Porto de Paranaguá demora 40 horas para finalizar o processo burocrático de exportação. “São quase dois dias de espera. Esse problema pode ser resolvido com a implantação do uso do lacre eletrônico. Acreditamos que assim se possa reduzir esses custos e agilizar o processo”.

## Desafios sanitários

O Brasil tem 400 milímetros de índice pluviométrico; foztossintese; 167 milhões de hectares de pastagens; está encurtando o tempo do boi no campo, mas, mesmo assim não exporta, por barreiras comerciais, para 40% dos mercados que remuneram melhor. O Paraná precisa adotar os parâmetros da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) de compartimentar e olhar seu potencial.

Tanto o Estado como o país, precisam aprimorar o sistema de sanidade. Camardelli destacou alguns pontos críticos. É fundamental visualizar a importância dos produtos veterinários que são

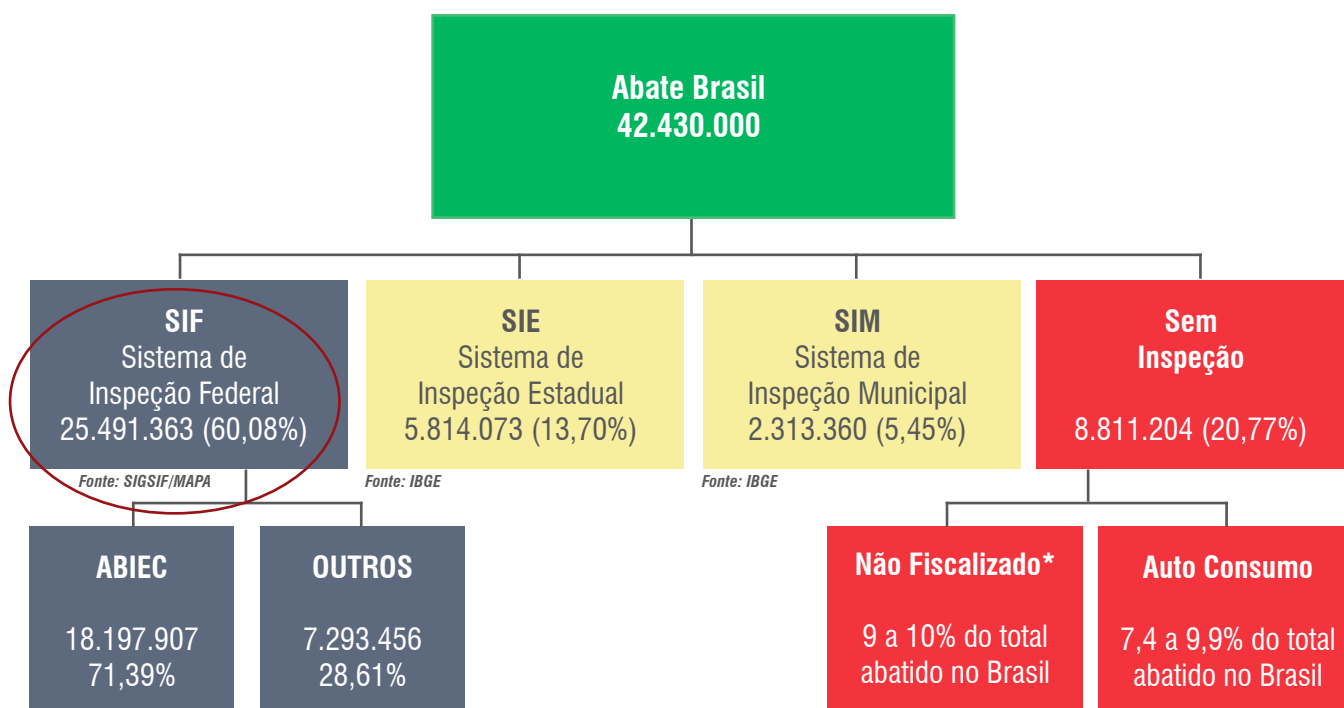
caros e por isso devem ser eficientes. O produtor precisa ser melhor orientado sobre isso.

Aumentar a fiscalização dos abates que para ele não existe abate clandestino, e sim abates não fiscalizados. “Temos que aumentar a fiscalização. Existe um grande espaço para se trabalhar, quando se fala em espaço não são grandes investimentos: convicção, organização e determinação”.

## Dados sobre a produção brasileira de carne bovina

- Abate total no Brasil em milhões de cabeça com inspeção federal, estadual e municipal **42,99**;
- Percentual de bovinos confinados no país **5,01** do rebanho;
- Rebanho Brasil **206,9** milhões de cabeças 2015;

## PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA



Fonte: SIGSIF/MAPA

\* Cálculo baseado em dados de 2012 obtidos pelo CEPEA/USP

# Fórum discute regularização fundiária em Guaíra

Invasão de indígenas em propriedades produtivas no Oeste e Sudoeste do Estado leva insegurança jurídica ao produtor rural

Por André Amorim



Mais de dois mil produtores rurais participaram, no último dia 22 de agosto, do Fórum Nacional de Regularização Fundiária, realizado em Guaíra (região Oeste do Paraná) para debater a ocupação ilegal de terras por indígenas. O evento, promovido pela Subcomissão de Assuntos Fundiários da Câmara Federal, culminou na elaboração do “Pacto de Guaíra”, uma carta que reúne as reivindicações da classe produtora em relação à questão fundiária na região.

Em suas 14 reivindicações centrais, o documento pede – sobretudo – respeito à classe rural, que vê seus direitos serem desrespeitados sistematicamente por invasões de indígenas e de integrantes do MST. Assinada por diversas entidades representativas da sociedade, órgãos governamentais e prefeitos da região, a carta pede a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215, que transfere para o Congresso Nacional a competência para aprovar a de-

marcação de terras tradicionalmente ocupadas por índios, que hoje é prerrogativa da União. Também pede a aprovação da PEC nº 71, que dispõe sobre o pagamento de indenizações aos proprietários de terras declaradas como indígenas. Atualmente o pagamento refere-se apenas às benfeitorias da terra, a PEC altera essa questão possibilitando o pagamento integral da propriedade pelo seu valor de mercado.

De acordo com o prefeito de Guaíra, Fabian Vendruscolo, atualmente existem oito aldeamentos no município, em áreas urbanas e rurais, que reúnem cerca de mil índios. Outras cinco áreas já foram ocupadas na cidade vizinha, Terra Roxa e existem aldeamentos também em Itaipulândia e Santa Helena, em áreas lindas ao lago de Itaipu, também na região Oeste. A ocupação destas terras, segundo ele, começou a ser planejada em 2007, com a vinda de indígenas do Paraguai para municípios do Mato Grosso do Sul, Guaíra, Terra Roxa e outras localidades.

“Estamos há anos lutando contra isso aqui, essa luta é de interesse de todo o Oeste do Paraná”, afirmou o presidente do Sindicato Rural de Guaíra, Silvanir Rosset.

Durante o evento, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) apresentou um estudo que prova, através de fotos de satélite, que historicamente não existiam índios nas áreas hoje ocupadas por povos indígenas, antes da promulgação da Constituição, em 1988. Além disso, as famílias cujas áreas foram invadidas possuem título das terras há mais de 40 anos.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Cascavel e vice-presidente da FAEP, Paulo Orso, que representou a Federação no Fórum, a região Oeste do Paraná está ocupada por produtores rurais há décadas. “O que temos assistido ultimamente é uma tentativa de criar um fato consumado, com ONGs e a própria Fundação Nacional do Índio (Funai) trazendo índios do Mato Grosso do Sul e do Paraguai para demonstrar falsamente que existem índios que precisam de mais áreas para viver. Contudo, esses índios não ocupavam tradicionalmente essas áreas na promulgação da Constituição em 1988, que é o marco temporal estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal”, afirmou.

O presidente do Sindicato Rural de Terra Roxa, Wagner da Silva, concorda com Orso. “Os índios chegam, arrumam uma testemunha e vão ao cartório dizer que seus pais moravam no local antigamente. E ninguém contesta nada”, afirmou. Segundo ele essa movimentação é tão intensa que os cartórios do município muitas vezes ficam abertos no final de semana para registrar os índios. “Chega a fazer fila na porta”, observou.

O receio maior do dirigente refere-se ao fato dos prefeitos de Terra Roxa e Guaíra já terem recebido um ofício para comparecer à Funai, em Brasília, para discutir a demarcação de terras indígenas. Segundo ele, existe um projeto para demarcar uma extensa faixa de terra de cerca de 27 mil hectares entre os dois municípios. A extensão desta reserva seria tão grande que envolveria Guaíra totalmente. “Em termos de área acho que Terra Roxa pode perder até mais terras”, avalia Silva. “Meu medo é que depois que a demarcação for publicada no Diário Oficial aconteça o mesmo que aconteceu no Mato Grosso do Sul, onde os índios entram nas propriedades, tocam fogo em tudo, quebram máquinas, é o caos”, alertou.

Para o deputado federal Sérgio Souza (PMDB), relator que propôs a realização do fórum, é preciso cumprir a Constituição de 1988. “A lei é clara e não queremos mexer com isso. Queremos apenas que seja respeitada. Onde era terra de índio neste marco temporal, que continue assim.

Mas, agora, o que foi tirado do produtor rural, é preciso que lhe seja reavido o que lhe é de direito”, afirmou.

De acordo com o representante da Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip) no fórum, Ermínio Vendruscolo, “desde o censo de 1940 pra cá não tinha mais índio ali (nas áreas que se pretendem demarcar). Eles só apareceram depois de 2007”, aponta. Segundo ele, a grande maioria das propriedades invadidas pertence a pequenos produtores rurais. “Eles falam em minorias, mas minoria mesmo é o agricultor, que é uma unidade e muitas vezes não tem como enfrentar esses movimentos”, avalia.

## União contra invasões

Para conter as invasões na região, a Ongdip, sindicatos rurais, cooperativas e produtores têm se articulado para unir forças contra os invasores. Para isso foi criado um sistema de comunicação via internet, que alerta os participantes quando uma invasão está prestes a ocorrer, para que eles se dirijam para o local para impedi-las. “Ano passado conseguimos abortar três invasões com esse sistema”, afirma Vendruscolo. Outras duas invasões, em Mercedes e Porto Mendes (distrito de Marechal Cândido Rondon), foram impedidas neste ano.

A estratégia dos produtores é ficar na área que seria invadida até a chegada das autoridades. “Vamos sem nenhum tipo de arma, mas causando incômodo, e não arredamos o pé”, conta Wagner da Silva, de Terra Roxa. Segundo ele, é lamentável a falta de segurança jurídica, que vitima tanto produtores quanto índios. “Querem corrigir uma injustiça do passado criando uma injustiça no presente. Não podemos permitir”, concluiu.



# MST invade outra estação de pesquisa

Depois de invadir fazenda experimental em Londrina, movimento ocupa fazenda em Castro, onde existe estação de pesquisa e centro de treinamento pecuário



Não se sabe qual é a sanha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em invadir áreas destinadas à pesquisa agropecuária. O obscurantismo que vem delineando há décadas os contornos políticos e ideológicos do movimento, vilipendiando a Constituição, que assegura o direito à propriedade, agora elege como inimiga a pesquisa científica.

Depois de invadir, no último dia 17 de agosto, a Fazenda

da Figueira, em Londrina, de propriedade da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq), o MST invadiu na última segunda-feira (24) a Fazenda Capão do Cipó, em Castro (Campos Gerais), que há mais de 30 anos é utilizada pela Fundação ABC, instituição que realiza projetos de pesquisa agropecuária para as cooperativas Frísia (antiga Batavo), Capal e Castrolanda, beneficiando milhares de produtores.



A propriedade, de cerca de 700 hectares, também abriga o Centro de Treinamento para Pecuáristas (CTP), instituição que há 18 anos atua em parceria com o SENAR-PR para capacitar produtores e trabalhadores rurais na área de pecuária leiteira, atendendo inclusive famílias assentadas na região. Por ano são treinados no local mais de 400 produtores e trabalhadores rurais.

A área vem sendo utilizada para fins de pesquisa agropecuária há mais de 40 anos, através de um convênio com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda. (formada pelas cooperativas Frísia, Castrolanda e Capal), antes mesmo da criação da Fundação ABC, em 1984. Desde que o convênio que cede a área para a pesquisa através de comodato chegou ao fim, a Fundação ABC vem dialogando com o MAPA para manter o uso da área, uma vez que importantes experimentos estão em desenvolvimento na local. Vale lembrar que estas pesquisas não terminam junto com uma safra, existem experi-

ências em campo com décadas de existência, como é o caso de um experimento com plantio direto.

De acordo com o produtor Eduardo Medeiros, de Castro, a invasão da Fazenda Capão do Cipó deixou a comunidade rural do município perplexa. “Essa área sempre foi destinada à pesquisa e treinamentos, ela é muito importante para os produtores da região. Essa é uma destinação socialmente correta e produtiva”, avalia.

## Invasão em Londrina

A invasão da Fazenda Figueira, de propriedade da Fealq, em Londrina, ainda não terminou. A reintegração de posse já foi concedida pela Justiça, mas os invasores se recusam a deixar o local. De acordo com José Renato Gonçalves, engenheiro-agrônomo responsável pela fazenda, enquanto a Polícia Militar planeja a operação que será efetuada para a reintegração da área,



a Fealq, com apoio da Promotoria de Justiça, está tentando negociar com os invasores uma saída pacífica. Segundo ele, existe temor pela segurança dos funcionários da fazenda que vivem no local.

Sobre o motivo da invasão, Gonçalves não consegue encontrar explicação plausível. “Não tem nenhum indício de improdutividade”, afirma.

## História que se repete

O vandalismo e a destruição de pesquisas científicas já foram incorporados totalmente às estratégias de ocupação do MST. Um dos casos mais emblemáticos ocorridos este ano foi a destruição de milhares de mudas de eucalipto transgênico que estavam sendo desenvolvidas por uma empresa de celulose em Itapetininga (SP). Nessa ocasião, centenas de mulheres do movimento, encapuzadas e armadas de facões, depredaram a sede da empresa, dando fim a décadas de pesquisa científica.

No Paraná, as invasões não cessam. Começaram em janeiro com a ocupação de uma fazenda em Jardim Alegre, na região Norte do Estado e outra em Centenário do Sul. No feriado do Dia do Trabalho, celebrado em 1º de maio, centenas de sem-terra invadiram a Fazenda Itaverá, em Alvorada do Sul (Região Metropolitana de Londrina). Poucos dias depois, ocorreu outra ocupação, dessa vez em uma Fazenda em Guaraci, próximo a Londrina.

Em Borrazópolis, também na região Norte, integrantes do MST invadiram em janeiro a Fazenda da Ilha, de propriedade da produtora Anita Boyskov. Nesse episódio, ela conseguiu na justiça a reintegração de posse – uma vez que a fazenda é incontestavelmente produtiva – e os invasores se retiraram, após 11 dias de ocupação, deixando um saldo de seis novilhas, três búfalos e 20 carneiros mortos.

Em junho a propriedade de Anita voltou a ser invadida, desta vez por um grupo de 30 pessoas que se diz desvinculado de qualquer movimento. Os invasores mataram animais, roubaram ferramentas, medicamentos veterinários e destruíram o encanamento de água da fazenda. Anita foi transformada em uma prisioneira na própria casa. A última informação sobre este caso é que os baderneiros ainda estavam por lá.

Em julho, o MST invadiu – novamente – a propriedade da empresa Araupel, entre Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, no Oeste do Estado. O prejuízo calculado pela companhia extrapolou os R\$ 9 milhões, e as consequências se irradiaram pela economia da região, como desemprego e queda na arrecadação.

A população de Quedas do Iguaçu se revoltou com a falta de segurança jurídica e com o desrespeito dos invasores e se mobilizou diversas vezes para que os integrantes do MST deixassem o local. No último dia 22 de agosto dezenas de pessoas de diversos distritos do município fizeram uma passeata em frente à Igreja Matriz, pedindo a reintegração de posse da área invadida. A ocupação da empresa desestabilizou o principal empregador da região.



Manifestação em Quedas do Iguaçu contra a invasão da Araupel

# Como corrigir os erros do passado

Texto publicado na edição impressa do Jornal Gazeta do Povo de 19 de agosto de 2015

A questão do pedágio das rodovias do Anel de Integração é complexa e com múltiplos aspectos jurídicos, técnicos e econômicos. Além disso, faltam estudos e análises suficientes para fundamentar as decisões que deram origem às alterações contratuais e sua operacionalização durante seus primeiros 12 anos. O Estado errou feio, começando com a alteração unilateral do contrato assinado em 1998, reduzindo em 50% o valor do pedágio em função de pressões populares e atendendo o interesse político de um ano eleitoral, o que evidentemente gerou um desequilíbrio econômico e financeiro.

Nos anos de 2000 e 2002 foram assinados aditivos, basicamente retornando à tarifa original e retirando obras previstas com a finalidade de restabelecer o equilíbrio contratual. Nesses aditivos foram realizadas profundas modificações, sem uma análise minuciosa e sobre os quais não existe documentação com a indispensável fundamentação técnica. Existe uma real dificuldade nas revisões contratuais em função da judicialização.

É bom frisar que o Estado assinou novas relações contratuais e em 2003 o novo governo (ou seja, o próprio estado) entrou na Justiça anulando este contrato, o que, ao lado das liminares concedidas anteriormente em favor das concessionárias e das outras 150 ações judiciais ao longo do período, mostra a confusão jurídica estabelecida.

A partir daí, a questão passou a ser tratada sem a necessária racionalidade, seguindo-se um viés político. Temos como

exemplo o slogan “o pedágio baixa ou acaba”. Aspiração legítima, mas sem nenhuma possibilidade. A consequência foi a judicialização, que por um lado trouxe conforto às concessionárias; por outro, a conta sobrou para os usuários e para os políticos tirarem vantagem com um debate pouco embasado em boas informações.

Em 2012, o governador me atribuiu a função de coordenar um grupo de estudos cujo objetivo era trazer conhecimento jurídico, técnico e econômico para fundamentar decisões futuras, bem como apresentar alternativas. Dentro dessas alternativas poderia inclusive se concluir por manter a atual situação que é certamente vantajosa para as concessionárias, já que o conflito judicial dificilmente se encerrará antes de 2021. Cabe ressaltar, ainda, que a maioria das concessionárias apresenta cálculos que lhes são favoráveis. Ou seja: em vez de devedoras, se acham credoras.

O grupo de estudos foi composto por Procuradoria-Geral do Estado (PGE), DER, Agência Reguladora e duas fundações da Universidade de São Paulo especializadas no assunto. Milhares de páginas foram produzidas envolvendo todos os aspectos. Somente os aspectos jurídicos para as necessárias revisões contratuais produziram dois volumes de 400 páginas. Pela primeira vez se produziu um estudo sério e completo que apresenta ao administrador público parâmetros a serem observados nas revisões contratuais.

Mesmo hoje, com toda a capacidade técnica e jurídica baseada nos trabalhos citados, existe uma real dificuldade nas

revisões contratuais em função da judicialização. É provável que a única possibilidade seja um processo de negociação dentro dos parâmetros propostos e seguindo uma matriz de risco proposta pela PGE.

A discussão não é se o governo e a oposição querem ou não a revisão contratual, mas sim se é importante para o usuário e para o desenvolvimento do Estado a manutenção da rodovia através do pedágio. Ou, ainda, se vamos pagar uma tarifa alta nos próximos sete anos com poucas obras, ou se podemos duplicar todo o anel em quatro anos, diminuindo a tarifa, mas aumentando o prazo da concessão num processo negociado. Fica claro também que as alternativas só seriam encaminhadas após um amplo debate com a sociedade através de audiências públicas.



*Reinhold Stephanes é ex-ministro do Trabalho (1992), da Previdência (1995-98) e da Agricultura (2007-10).*

# Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

Governo federal implanta bases de dados com informações fundiárias e tributárias das propriedades



o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) iniciaram a integração das bases de dados fundiária e tributária das propriedades e posses no País, passo fundamental para implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

Ao apresentar a Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) do exercício de 2015, que deve ser entregue até o próximo dia 30 de setembro, os proprietários e possuidores de áreas rurais serão comunicados do prazo e da obrigatoriedade de atualizar o cadastro de sua propriedade ou posse e de vincular o código do imóvel do Incra com o correspondente na Receita Federal para integração cadastral.

Cada titular de imóvel rural (pessoa física ou jurídica) deve atualizar os dados de sua propriedade ou posse por meio da Declaração para Cadastro Rural (DCR), disponível no site [www.cadastrorural.gov.br](http://www.cadastrorural.gov.br). A declaração permite alterar os dados dos imóveis que constam no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Incra.

O usuário sem acesso à internet deve procurar a rede de atendimento da autarquia agrária: sedes das superintendências regionais nas capitais, unidades avançadas, unidades municipais de cadastramento e salas da cidadania em diversos municípios. Caso o imóvel não esteja cadastrado no SNCR é necessário providenciar o cadastramento em uma unidade da rede Incra.

Ao preencher a Declaração para Cadastro Rural (DCR) é necessário informar o número do imóvel junto à Receita Federal na aba “Vincular NIRF” para assegurar a vinculação dos códigos dos dois órgãos e a integração dos dados. Quem atualizou os dados cadastrais junto ao Incra antes de 3 de agosto deve acessar a declaração para efetuar a vinculação sem necessidade de envio de documentação comprobatória, desde que não tenham ocorrido novas alterações.

Os dados atualizados e os códigos vinculados vão constituir a base do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), que terá um núcleo estrutural e informações específicas produzidas e gerenciadas pelas instituições participantes.

## Prazos

A Instrução Normativa Conjunta Incra/RFB nº 1.581/2015 estabeleceu prazos para a realização da atualização cadastral e da vinculação dos códigos em razão da área total do imóvel rural, conforme cronograma no quadro abaixo. A falta de vinculação nos prazos indicados gerará pendência cadastral.

A vinculação está dispensada para imóvel cadastrado no SNCR com área total inserida no perímetro urbano do município e imóvel onde não é desenvolvida atividade rural conforme informado na declaração do ITR do exercício 2015 e posteriores.

# Não confunda:

Esse cadastro não pode ser confundido com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que também precisa ser feito pelos produtores rurais até 5 de maio de 2016.

## Prazos para atualização e vinculação cadastral dos imóveis rurais

Área Total do Imóvel Rural	Período
Acima de 1.000 hectares	De 17 de agosto a 30 de setembro de 2015
Acima de 500 até 1.000 hectares	De 1º de outubro a 31 de outubro de 2015
Acima de 250 até 500 hectares	De 3 de novembro a 31 de dezembro de 2015
Acima de 100 até 250 hectares	De 4 de janeiro a 29 de abril de 2016
Acima de 50 até 100 hectares	De 2 de maio a 19 de agosto de 2016
Abaixo de 50 hectares	Será definido posteriormente

# Prevenção da gripe aviária

Embora o país nunca tenha registrado qualquer caso da doença, o governo quer reforçar medidas já implementadas



A influenza aviária (conhecida popularmente como gripe aviária) é uma doença perigosa, transmitida por vírus e altamente contagiosa para as aves. Raramente, ela afeta humanos, por isso devemos estar alerta a qualquer sinal clínico em aves e pessoas.

No Brasil nenhum caso de influenza aviária foi detectado, mesmo assim, sem qualquer registro da doença no território nacional, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), com apoio da FAEP, produziu material com orientações sobre como continuar mantendo o vírus da gripe aviária – Influenza Aviária (IA) longe do Estado.

A preocupação se justifica porque o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, sendo o Paraná o maior produtor brasileiro e o maior exportador, responsável por 35% da exportação nacional. A avicultura gera milhares de empregos diretos e indiretos no Paraná.

Por ser considerada uma doença de alto impacto sanitário e comercial, o diagnóstico da influenza aviária implica em emergência sanitária. É preciso estar sempre alerta para proteger a avicultura no Paraná e no Brasil.

O risco de introdução do vírus pode ocorrer se não forem tomadas as devidas providências em função dos casos recentes registrados este ano nos EUA, no Canadá e no México. No ano passado, a doença foi detectada em aves de fundo de quintal e criações comerciais de diversos estados norte-americanos.

O Ministério da Agricultura também tomou diversas medidas educativas e para prevenção da introdução do vírus nos aviários brasileiros. Uma delas foi um comunicado com recomendações sanitárias aos Serviços Veterinários Oficiais (SVOs) dos estados e da União, aos produtores de aves e ao público em geral.



## Como identificar a doença (principais sinais):

- Alta mortalidade em curto espaço de tempo;
- Dificuldade respiratória;
- Secreção nasal e ocular com tosse e espirros;
- Depressão, apatia, incoordenação motora, andar cambaleante;
- Queda na produção de ovos, ovos desuniformes com casca deformada;
- Inchaço de cabeça, crista e barbela;
- Presença de áreas de coloração vermelho-escura ou arroxeadas nas pernas, crista e barbela;
- Febre; e
- Diarréia e desidratação.

## Ações preventivas:

- Mantenha as instalações de aves protegidas por telas e com seus acessos fechados, evitando entrada de pássaros ou animais domésticos e silvestres;
- Utilize os meios de desinfecção para veículos na entrada das granjas;
- Mantenha o controle da qualidade da água utilizada para as aves

(água de bebida e de nebulização);

- Faça o controle de pragas (roedores, insetos e outros), principalmente onde se armazena ração e equipamentos;
- Lave sempre as mãos antes e depois de lidar com as aves;
- Somente permita a entrada na granja, de pessoas que estejam com roupas e calçados limpos, de preferência com revestimentos descartáveis; e
- Controle e registre a entrada de pessoas e de veículos, evitando qualquer acesso desnecessário à criação.

## Viajante: Não traga a Influenza aviária na mala

Para fazer sua parte e manter a influenza aviária bem distante, tome muito cuidado em algumas situações durante sua viagem:

- Evite o contato direto com aves de criações de procedência duvidosa.
- Não traga aves para sua propriedade e lembre-se: para que seja permitido o trânsito de aves dentro do Estado ou entre um Estado e outro é obrigatória a emissão de GTA (guia de trânsito animal) pelo órgão oficial de Defesa Agropecuária do Estado de origem das aves (inclusive para as aves de companhia).
- Se tiver saído do Brasil, lembre-se de que é proibida a entrada de aves, seus produtos e sub-produtos oriundos de quaisquer países, à exceção dos materiais aprovados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

## O que fazer em caso de suspeita da doença:

- Seja rápido, proteja sua criação;
- Evite contato com aves suspeitas;
- Isole a área;
- Procure imediatamente uma Unidade de Sanidade Agropecuária da Adapar mais próxima.

***Em caso de qualquer suspeita de ocorrência da doença nas aves, comunique imediatamente a Adapar através do site [www.adapar.pr.gov.br](http://www.adapar.pr.gov.br); fone: (41) 3313 – 4096 ou nas unidades regionais.***

# ILHA DO MEDO

Por que você nunca irá lá?



Pense no pior lugar do mundo para se visitar. Se os seus palpites foram direcionados a alguma zona de conflito do Oriente Médio errou feio. O pior lugar do mundo para se estar não fica tão longe assim, segundo o site Listverse, especializado em listas diversas de melhores e piores sobre todos os assuntos. Estamos falando da Ilha de Queimada Grande, 33 quilômetros de distância da costa da Itanhaém, no litoral Sul de São Paulo.

Apesar de à primeira vista ser uma dessas praias paradisíacas, a maior parte dos seus 430 mil m<sup>2</sup> é coberta pela Mata Atlântica, trata-se de uma das maravilhas mortais da Mãe Natureza. Conhecida como Ilha das Cobras, o próprio nome explica porque não dá para um ser humano sobreviver, é a maior concentração das cobras venenosas do mundo.

Pesquisadores estimam que na ilha vivem entre um e cinco

serpentes por metro quadrado. A situação piora ao pensar que a maioria das cobras é da espécie jararaca-ilhoa (*Bothrops insularis*), que só existe lá, e cujo veneno é capaz de matar um ser humano em cerca de duas horas. A jararaca-ilhoa foi descrita em 1921 pelo herpetólogo Afrânio do Amaral (1894-1982), do Instituto Butantan. Elas atingem mais de meio metro de comprimento, e possuem um poderoso veneno de ação rápida, que derrete a carne em torno de suas picadas.

Acredita-se que a “Ilha das Cobras” tenha se formado há 55 milhões de anos, e que por muitos períodos, ela era ligada ao continente. Embora a lenda de que as cobras foram colocadas na ilha por piratas na esperança de proteger o seu ouro ainda sobreviva, as espécies de serpentes que viviam na ilha evoluíram de modo diferente das que ficaram no continente provavelmente em função do esfriamento do planeta que ocorreu entre 15 e 20 mil anos atrás e a água dos





mares se acumulou nos polos, em forma de gelo. O nível dos oceanos baixou até 100 metros e muitas ilhas viraram morros.

Os animais circulavam livremente pelo novo território até 11 mil anos atrás, quando o planeta voltou a esquentar e o gelo derreteu. O nível dos oceanos subiu novamente. Os morros voltaram a ser ilhas isolando novamente os animais que lá estavam. Essa é a explicação dos cientistas para a população de serpentes, que provavelmente eram da mesma espécie do continente – *Bothropoides jararaca* –, ficou ilha-da. Sem pequenos mamíferos para caçar, as cobras precisaram se adaptar à vida em cima das árvores, pois a principal comida disponível eram as aves, de passagem pela ilha em suas migrações.

De 1909 a 1920, algumas pessoas viviam na ilha. Dessa época que surgiu seu nome, Ilha Queimada Grande, em função do fogo ateado nas encostas pelos pescadores locais para afugentar a incrível quantidade de serpentes que impossibilitavam o acesso à ilha.

Protegida por leis ambientais, hoje seus únicos visitantes se restringem a poucos cientistas que necessitam de permissão legal e a presença de um médico que possa administrar um antídoto imediato caso sejam mordidos. Um farol automático está instalado na parte mais plana da ilha, mantido e conservado pela Marinha.

Mesmo que o acesso fosse liberado dificilmente se tornaria um destino turístico, mesmo que fosse para turismo de aventura. Por que se alguém desembarcasse na ilha teria que enfrentar além das cobras, a falta de água potável e o calor é escaldante. Não há praias, somente costões rochosos o que dificulta o acesso. Entendeu porque, a Ilha das Cobras está à frente da Zona de Alienação, onde houve o desastre nuclear de Chernobyl no Leste Europeu e do Azerbaijão com suas centenas de vulcões de lama quando se trata de escolher os piores lugares para se viajar? É um lugar mortal.

## Náufragos

No Oeste da ilha existem dois navios naufragados. O navio mercante Rio Negro, do Lloyd Brasileiro, naufragado a 17 de julho de 1893. Construído em 1872, era uma embarcação a vapor de pequeno porte, com cerca de 450 toneladas. Naufragou por colisão com a ilha, devido ao mau tempo, encontrando-se atualmente a uma profundidade de 12 a 18 metros. O navio mercante Tocantins, também do Lloyd Brasileiro, naufragado a 30 de agosto de 1933. Era de construção inglesa. Até hoje pode-se ver os destroços dos navios, já que as águas no entorno da ilha são bastantes claras, possibilitando uma visibilidade de 30 a 40 metros de profundidade.

## Jararacas que salvam

O motivo de você nunca desejar visitar a Ilha Queimada Grande você já sabe. Mas, o porquê de se preservar uma das serpentes mais perigosas do planeta é que em seu veneno existe uma classe de moléculas que atua ajudando a baixar a pressão arterial.

A descoberta realizada por cientistas e pesquisadores brasileiros do vasodilatador bradicinina, que tem ação anti-hipertensiva ocorreu em 1948. Daí surgiram os medicamentos que combatem a hipertensão.

O tráfico ilegal de animais tem sido monitorado na Ilha por entidades governamentais e ONGs, em função de praticantes da biopirataria se aventurarem na Ilha em busca pela matéria-prima para produção de medicamentos no mercado negro.



# Olho na Ferrugem asiática

Aplicação excessiva de fungicidas e o plantio de soja após soja estão entre os fatores que desencadeiam a doença



O Brasil gastou US\$ 2 bilhões para controlar a ferrugem asiática da soja na última safra, resultado de até cinco aplicações de fungicidas na lavoura. “Esses produtos apresentavam 100% de eficácia ao controle da doença. Hoje, esse índice caiu para 20%”, alertou a pesquisadora e doutora Cláudia Vieira Godoy, da Embrapa, durante a reunião da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas no último dia 24 de agosto, na sede da FAEP, em Curitiba.

Segundo ela, o número excessivo de aplicações de fungicidas na soja safrinha provocou a resistência do fungo, aumentando os focos da doença em todo o país. Além disso, de acordo com a pesquisadora, ainda não há estudos para o lançamento de novos fungicidas nos próximos seis anos. O assunto tem sido alvo constante de preocupação, tanto que, como relatou Cláudia, pesquisadores e representantes da indústria de defensivos agrícolas se reuniram em julho do ano passado para debater sobre as consequências das semeaduras tardias. Além disso, o plantio de soja após soja é um dos principais fatores para a seleção de fungos menos sensíveis e a redução de eficiência dos fungicidas.

Para evitar que se inviabilize a produção de soja no Brasil em curto espaço de tempo, o Consórcio Antiferrugem, que é coordenado pela Embrapa, propôs a realização de várias ações, de médio e longo prazo. Entre elas, de imediato, a ampliação do período de vazio sanitário no país e/ou a determinação de data limite para a semeadura de soja em cada Estado produtor.

Durante a reunião da Comissão, Marcílio Martins Araújo, gerente de Sanidade Vegetal e Maria Celeste Marcondes, coordenadora de grandes culturas, ambos da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), manifestaram apoio às ações e informaram que serão realizados seminários nas regiões produtoras do Paraná. “Vamos encontrar junto aos produtores de soja uma solução para a situação iminente de perda total da eficácia dos fungicidas disponíveis no Brasil para controle da ferrugem. Dessa forma, podemos evitar que se inviabilize o cultivo da soja no Estado”, destacou Marcílio, acrescentado que os seminários serão realizados com o apoio da Embrapa, FAEP e o Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar).

## Medidas urgentes

Diante da atual situação, a FAEP elaborou durante a reunião moção à proposta do Consórcio Antiferrugem para a preservação da eficiência dos fungicidas e consequente controle da ferrugem, de acordo com os seguintes termos:

**1º** - Manter as datas preconizadas para o período do vazio sanitário da soja no Paraná, com início em 15 de junho e término em 15 de setembro;

**2º** - O encerramento do plantio de soja é até o dia 31 de dezembro, conforme preconiza o zoneamento agrícola de risco climático;

**3º** - Proibir a presença de lavouras de soja comercial no campo que não estejam prontas para início de colheita até 15 de maio.

## Consórcio Antiferrugem

Criado pela Embrapa, em 2004, o Consórcio Antiferrugem monitora os casos de ferrugem asiática no Brasil. A página do Consórcio ([www.consorcioantiferrugem.net](http://www.consorcioantiferrugem.net)) reúne as informações sobre a doença em tempo real durante a safra de soja. Este monitoramento gera um mapa sobre a dispersão da doença pelo país, a partir da detecção regional desses focos e do compartilhamento digital. “A identificação regionalizada da doença é importante, porque ajuda na estratégia de seu controle”, destacou Cláudia. Até abril deste ano foram registrados 90 focos da ferrugem asiática no Paraná e, na safra passada, 75 foram registrados.

A ferrugem asiática *Phakopsora pachyrhizi* da soja chegou ao Brasil em 2001. A doença, que libera esporos entre seis e sete dias, provoca a má formação de grãos, desfolha precoce e reduz a produtividade da planta em até 100%.



## Raio X das lavouras

Na reunião da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas, os produtores e representantes dos sindicatos rurais também relataram problemas decorrentes do clima no plantio de grãos em todo o Estado. O presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, contou que, por causa das chuvas, muitos produtores atrasaram o plantio de trigo e terminaram de plantar a gramínea somente no mês de agosto. Segundo ele, devido a esse problema a área destinada à cultura será reduzida. Além disso, calcula uma redução de 30% nas áreas de milho verão.

O diretor-secretário do Sindicato Rural de Cambará, Fábio Rodrigues Pereira, informou que as chuvas prejudicaram o desenvolvimento das lavouras de trigo plantadas no início de abril, com alguns casos de brusone. Em relação ao milho de verão, a área também vai encolher na região devido à expansão da cultura de soja.

Na região Oeste, o presidente do Sindicato Rural de Toledo, Nelson Paludo, comentou que as chuvas de julho prejudicaram o desenvolvimento das lavouras de milho safrinha. No caso do milho verão, de acordo com ele, só vai ser plantado pelos produtores que irão fazer silagem para suínos. O produtor Eucir Brocco, de Pato Branco, relatou que o plantio de trigo está atrasado na região Sudoeste e o pessoal está preparando a terra para semear o milho verão. A estimativa dele também aponta para uma redução da área destinada ao cereal.

# Copel investe R\$ 500 milhões na área rural

Governo atende demanda da FAEP no fornecimento de energia elétrica



A Copel e o governo do Estado lançaram no dia 27, em Salto do Lontra, o Mais Clic Rural, que vai destinar R\$ 500 milhões na melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica para consumidores do campo, com foco em atividades agropecuárias de importantes processos produtivos.

O objetivo do programa é fornecer aos produtores rurais energia elétrica com qualidade equivalente a de grandes centros urbanos. Para isso, a Copel vai implementar a tecnologia de redes inteligentes no interior do Paraná. Serão construídos 3 mil km de novas redes, cerca de 30 subestações, e instalados 1,5 mil religadores automatizados. As obras atuam em duas frentes: melhoria da infraestrutura para aumentar a continuidade do fornecimento de energia e tecnologias de automação para restabelecer o sistema com muito mais rapidez em caso de falta de energia.

O Mais Clic Rural é uma das soluções encontradas para atender as demandas levantadas pela FAEP em função dos constantes problemas no fornecimento de energia elétrica que atingem principal-

mente a avicultura, suinocultura e produção de leite.

O tema começou a ser debatido na Comissão Técnica de Avicultura da FAEP, em 2014. O superintendente comercial da distribuição da Copel, Hemerson Luiz Barbosa Pedrosa e sua equipe, estiveram na sede da federação ouvindo o depoimento dos produtores rurais sobre as dificuldades com o fornecimento da energia elétrica nos últimos anos. Ocorrem prejuízos frequentes pela perda não só de plantéis de aves, mas de peixes destinados às indústrias integradoras, na produção leiteira e secagem de produtos.

Foram realizados levantamentos juntos aos produtores dos problemas apresentados em seis regiões paranaenses e a demanda foi encaminhada em ofício pelo presidente da FAEP, Ágide Meneguette, à presidência da Copel. “Temos atuado em várias frentes junto ao governo do estado em busca de soluções dos problemas que afetam a vida dos produtores rurais. Todos ganham com isso considerando a importância do agronegócio para a saúde econômica do Paraná”.



## Mais Clic Rural

Durante o lançamento do programa, o governador Beto Richa e o presidente da Copel, Luiz Fernando Leone Vianna, inauguraram a Estação de Chaves de Salto do Lontra, que emprega equipamentos e sistemas modernos de automação e proteção para regular a tensão e restabelecer o fornecimento de energia em tempos muito curtos. Com investimentos de R\$ 2 milhões, a unidade favorecerá sete mil unidades consumidoras, dentre as quais 536 criadores de bovinos, 318 avicultores e 43 suinocultores.

Ao todo, o Mais Clic Rural vai beneficiar diretamente cerca de 70 mil produtores das regiões Centro-Sul, Sudoeste e Oeste do Paraná. Essas áreas abrigam a maior concentração de fumicultores, aviários, suinocultores e produtores de leite no Estado, nichos agroindustriais mais sensíveis à qualidade do fornecimento de energia. No entanto a expectativa é que os investimentos na rede elétrica beneficiem 2,4 milhões de moradores dessas regiões.

“Esse projeto vai trazer melhorias significativas para importantes áreas produtivas do Paraná. Estamos empenhados em contribuir para que o fornecimento de energia ofereça aos segmentos agroindustriais um diferencial competitivo para o Estado”, ressalta o presidente da Copel, Leone Vianna.

## Redes rurais inteligentes

As redes inteligentes – ou smart grid, como são conhecidas – combinam uma série de inovações tecnológicas que contribuem para reduzir o número e o tempo dos desligamentos na rede elétrica. Os equipamentos de automação instalados na rede se comunicam com o centro de operações da Copel, o que permite monitoramento constante da qualidade do fornecimento de energia. Em caso de desli-

gamento, o próprio sistema trabalha para restabelecer a energia o mais rápido possível, em alguns casos sem a necessidade de intervenção humana. Com o Mais Clic Rural, a Copel inova ao levar para o campo uma tecnologia empregada em maior escala nas cidades.

## Eletrificação rural no Paraná

Iniciada pela Copel na década de 1960, a eletrificação rural no Paraná se disseminou por todo o Estado com o lançamento do Clic Rural, em 1984. O programa viabilizou 163 mil ligações em pouco mais de seis anos, alcançando mais da metade da população rural no Estado. Nas décadas de 1990 e 2000 seguiram-se outros programas, como o Força Rural e o Luz no Campo. Em 2012, após a Companhia concluir todas as fases do Programa Luz para Todos, o Paraná conquistou a universalização do fornecimento de energia elétrica. Inspirado no programa pioneiro da década de 1980, que se preocupou com a quantidade de consumidores rurais ligados, o Mais Clic Rural lança uma nova era na eletrificação no campo, ao reunir esforços para que a qualidade da energia fornecida aos produtores rurais seja equivalente aos centros urbanos.

## Financiamento de Geradores

O governo do Estado também está formatando um programa de financiamento de geradores de energia para os produtores rurais. Embora já existam várias linhas de crédito para estes equipamentos, o governo deve lançar ainda este ano um programa específico, com alguns benefícios, para incentivar os produtores a adquirir os geradores para melhorar a segurança energética, principalmente nas áreas não beneficiadas pelo Mais Clic Rural.



# Com medidas de estímulo, Agrinho cresce em Castro

Município organiza premiação para professores e leitura das redações finalistas em rádio local



Luciane Farias e Rejane Nocera, lendo as redações dos alunos na rádio

Leitura de redações pré-selecionadas em uma rádio local e a premiação municipal aos professores envolvidos nos 54 projetos pedagógicos inscritos na edição 2015 do Programa Agrinho. Esses são alguns dos estímulos desenvolvidos pela secretaria de Educação de Castro, por meio da Superintendência de Projetos.

“Sempre ouvi dos professores que era difícil participar dos projetos e deixar o currículo de lado. Meu intuito foi mostrar que participar do Agrinho, não significa abandonar o conteúdo básico, muito pelo contrário, ele é uma ferramenta para reforçá-lo e ajudar na aprendizagem do aluno”, explica a secretária da Educação de Castro, Maurem Clara Johnsson Kremer.

O município de Castro sempre participou do Agrinho, mas, segundo a secretária de forma modesta, “após a criação da Superintendência de Projetos, em 2013, os professores se sentiram seguros e motivados a incrementar sua participação”, afirma. O resultado é que esse ano o número quase dobrou em relação a 2014, saltando de 30 para 54 projetos.

O município oferece aos professores outros seis projetos educacionais, mas de acordo com Maurem, o Agrinho é o mais procurado o que gera maior demanda em orientação e apoio. A empolgação dos profissionais com o Agrinho esse ano foi tão grande que eles conseguiram o apoio da Rádio Antena Sul FM. “Com a parceria

os alunos acompanharam a transmissão dos textos e compartilharam suas histórias com os ouvintes, pais e familiares”, conta Luciane Farias, coordenadora da superintendência.

No período de 3 a 7 de agosto a Rádio Antena Sul cedeu espaço em dois horários da programação – pela manhã às 9 horas e a tarde às 16 horas – durante 15 minutos cada para que duas professoras da superintendência lessem as redações selecionadas por série.

“Quando fui vice-prefeito em Castro conheci o Programa Agrinho e entendi a importância do trabalho para as escolas e os alunos. Educação é tudo, um povo sem educação está fadado ao fracasso. Por isso faço questão de contribuir”, afirmou o sócio administrador da rádio, Álvaro Telles.

Além das redações, o município organizou no dia 11 de agosto, no Teatro Bento Mossurunga, um evento de apresentação e premiação das experiências pedagógicas desenvolvidas pelos professores com a presença do prefeito, Reinaldo Cardoso. Um vídeo foi apresentado com o resumo das atividades dos alunos nas escolas.

## Mostra cultural

A disseminação do Programa Agrinho também chegou à educação infantil do município. O Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Pequeno Reino, localizado na comunidade rural de Socavão, em 2014 conquistou o segundo lugar estadual do concurso Agrinho e esse ano organizou uma Amostra Cultural para a

competição. A ação reuniu dois projetos pedagógicos: Minhas raízes culturais e a Arte por toda parte.

“Organizamos apresentações de música e dança com os alunos e preparamos pratos típicos para degustação. A participação da comunidade é um grande incentivo para os profissionais envolvidos. Além dos pais das crianças e do prefeito, integrantes da diretoria do Sindicato Rural de Castro marcaram presença. Para nós é um sinal de valorização do trabalho realizado”, avaliou a diretora do CMEI, Cláudia Aparecida Salgado.

## Números da rede municipal de ensino de Castro

8,1 mil alunos

650 professores

26 escolas

12 Centros de Educação Infantil



# Porto de Paranaguá terá megaexportação de grãos



A disparada das exportações de milho safrinha e a venda dos estoques da soja vão provocar um forte movimento de navios graneleiros no Porto de Paranaguá. A previsão da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) é que a movimentação entre agosto e outubro seja 71% superior ao do mesmo período do ano passado, atingindo 5,48 milhões de toneladas de grãos no Corredor de Exportação. Mais de 80 navios graneleiros devem carregar no terminal.

Tradicionalmente, nesta época do ano, os embarques de soja começam a desacelerar, dando lugar ao milho colhido na safra de inverno. Contudo, nesse ano haverá coincidência atípica de embarques dos dois tipos de grãos. Segundo a Appa, do total previsto, 1,792 milhão de toneladas ainda é remanescente da safra de soja, 1,595 milhão de toneladas de farelo de soja e 2,092 milhões de toneladas de milho safrinha.

“A função do porto é estar à disposição do produtor e atender a demanda do campo. Se o momento é oportuno e o câmbio está favorável, vamos dar vazão para toda esta produção”, afirma o diretor-

-presidente da Appa, Luiz Henrique Dividino. Nos últimos quatro anos, de acordo com ele, foram investidos R\$ 511 milhões nos portos do Paraná para suportar este crescimento da demanda na movimentação de produtos pelo porto paranaense.

A combinação das duas safras nas exportações foi provocada pela antecipação da venda do milho safrinha, que ainda está sendo colhido, e a decisão dos produtores de soja de segurar o escoamento, à espera da melhora do preço e do câmbio. Da safra recorde de 16,9 milhões de soja que o Paraná colheu em fevereiro desse ano, 4,1 milhões de toneladas ainda não tinham sido vendidas até o fim de julho, de acordo com dados do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab).

“Capitalizado, o produtor esperou para vender a soja nesse ano. Por isso as exportações começaram a ganhar fôlego no mês passado com a melhora dos preços em reais”, diz Marcelo Garrido, analista do mercado de soja do Deral. Em julho, o preço pago ao produtor pela saca de 60 quilos estava em R\$ 61,15, cerca de 8,5% superior ao registrado no mesmo período do ano passado.

**SAFRINHA** - Por conta do câmbio, a venda de milho safrinha disparou, indicando um forte movimento de embarques. Até julho, 25% da safra já estava comercializada, contra 17% no mesmo período do ano passado. No Paraná, a colheita acelerou nos últimos 15 dias e entrou na reta final. Até a próxima semana, 90% da safra deve ser colhida, estima Edmar Gervásio, analista de milho do Deral. “Praticamente faltam apenas 400 hectares na região Norte do Estado”, diz. O Paraná deve colher o volume recorde de 11 milhões de toneladas de milho safrinha, 6% mais do que a safra anterior.

**LOGÍSTICA** - As cooperativas também têm que liberar os armazéns ocupados com soja para a safrinha de milho que está sendo colhida. Segundo Tania Moreira, economista do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, as exportações de soja aceleraram em junho e as de milho dão sinais de aceleração, segundo os dados semanais de exportação, o que é favorável às cotações do mercado interno. As ações partem da implementação do sistema Carga Online, que ordenou a chegada dos caminhões à cidade e eliminou as filas de caminhões, até os novos shiploaders, equipamentos que aumentaram em 33% a capacidade de carregamento dos navios graneleiros do Corredor de Exportação.

*Fonte: AEN*





Entre uma supervisão e outra da técnica Flaviane Marcolin de Medeiros, o Canário da Terra aproveitou para se apreciar no espelho do carro do SENAR-PR. A foto foi tirada na Fazenda dos Alamos – Lapa-PR, de propriedade da Berneck.



Eles poderiam ser confundidos com “Babe, o porquinho atrapalhado” que fez sucesso nas telas do cinema. O registro é de Giovani Frederico de Ibioporã – PR. E os artistas estavam na Universidade Estadual de Londrina.



O Rogério, morador de Poxoréu (MT) é sobrinho da Luciane Satelli. Ele tem uma relação especial com os bichos voadores que facilmente pousam em suas mãos. A tia não perde tempo e fotografa tudo.



## Erramos

No BI nº 1314, na matéria Pecuária Moderna, no trecho que traz a declaração do superintendente estadual do Banco do Brasil (BB) no Paraná, Edson Pascoal Cardozo, “Dos R\$ 10,5 bilhões em linhas de crédito que nós liberamos para a safra 2014/2015 em todo país, R\$ 2,8 bilhões foram destinados à pecuária”, a informação está incorreta. Os recursos descritos não são para todo o país, mas apenas para o Paraná.

Na matéria “Produtores à mercê da própria sorte” veiculada

no BI nº 1315 existe um erro na página 05. No texto, onde diz “restando apenas 351,38 milhões para a subvenção” o valor correto é 316,7 milhões.

Na edição 1313 o mapa do Paraná na página 16 aponta a cidade de Ourinhos(SP) no lugar da cidade de Jacarezinho-PR. Na verdade, a BR-369 começa no Distrito de Marquês dos Reis, município de Jacarezinho-PR, onde a Econorte instalou duas praças de pedágio, uma antes da ponte que liga o Distrito de Marquês dos Reis - PR a Ourinhos-SP e outra depois da pontena BR-369, conforme registrado pelo nosso atento leitor Walter José Conter Junior.

# Os custos de produção na lavoura

Levantamento da Esalq mostra produtividade boa, mas preços nem tanto



Durante a reunião da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, o engenheiro-agrônomo Mauro Osaki, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), apresentou o resultado dos painéis de custos de produção de soja, milho, milho safrinha e trigo realizados nos municípios de Castro, Guarapuava, Cascavel e Londrina. O levantamento é resultado do projeto Campo Futuro desenvolvido em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). As análises começaram no final de julho, quando uma equipe de pesquisadores percorreu as quatro regiões ao longo de uma semana.

Segundo Mauro, o levantamento constatou que na safra 2014/2015 a soja teve um bom resultado sobre o custo operacional em todas as regiões pesquisadas. Entretanto, os produtores relataram diversos problemas com pragas nas lavouras, como a lagarta falsa medeira e percevejo. De acordo com ele, o levanta-

tamento mostrou que a soja convencional obteve maior receita bruta em relação à transgênica (OGM). Além disso, em Castro, por exemplo, os custos com fertilizantes na soja Intacta foram semelhantes aos com a soja RR: em torno de R\$ 90 por tonelada.

No caso do milho, o levantamento confirmou que, em Londrina e Cascavel, por exemplo, não ocorreu o plantio do cereal durante o período de verão. Em relação ao milho safrinha, quando se trata de produtividade, os índices foram de 5,9 e 8,1 toneladas por hectare nos respectivos municípios. Se por um lado a produtividade foi boa, o mesmo não ocorreu em relação aos preços para cobrir o custo operacional total, que atingiram uma média de R\$ 380 por tonelada em Cascavel e R\$ 350 em Londrina.

Nos municípios onde ocorreu o plantio de milho de verão, o resultado da receita bruta foi um pouco melhor: em Castro, por exemplo, a receita bruta de R\$ 430 por tonelada quase cobriu o custo total de R\$ 460.

Em relação à cultura de trigo, a produtividade foi boa, com uma média de 3,4 toneladas por hectare. Entretanto, o maior problema foi o preço de R\$ 549,46 por tonelada, em média, que não acompanhou os custos de produção. No município de Castro, o custo operacional foi de R\$ 630 para uma receita bruta para uma receita inferior a R\$ 600 por tonelada.

## Cenários

Quando se trata do cenário do mercado mundial de grãos, Mauro questionou o crescimento do mercado chinês e o futuro do dólar frente à moeda brasileira. “Há uma pressão maior nas cotações, o que requer uma cautela muito grande na safra 2015/2016 por causa da valorização do dólar. No final da colheita de soja 2014/2015, por exemplo, o câmbio saiu de R\$ 2,9 para R\$ 3,15, o que favoreceu o produtor porque melhorou o preço de venda do produto. Mas o custo de produção da safra 2015/2016 já veio mais alto por causa da taxa de câmbio maior”.



## Dinamarca na FAEP/SENAR-PR

Para conhecer melhor o agronegócio paranaense e o funcionamento do Sistema FAEP/SENAR-PR, um grupo de quatro dinamarqueses de Odense (30 mil habitantes), região Sudeste da Dinamarca, visitaram a sede do Sistema, no último dia 21 de agosto. Acompanhados pelo engenheiro-agrônomo Sergio Costa, ao longo de uma semana eles percorreram propriedades leiteiras e escolas agrícolas em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná para conhecer o sistema brasileiro de produção leiteira.

A Dinamarca concentra 3% da população nas áreas rurais, com 3.682 propriedades. O país é referência na atividade leiteira e cada produtor possui em média um rebanho de 200 vacas em lactação. Além disso, a produção nas propriedades é de aproximadamente 10 mil litros de leite por dia.

## Informe

### FUNDEPEC-PR

### SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/07/2015

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	28.758.809,00	-	2.341.952,64	-	35.398.194,70
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	3.006.427,74	-	181.518,99	-	15.358.834,57
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	2.938.586,52	-	-	-	6.763.121,15
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	118.289,11	-	-	-	195.611,89
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	11.678,06	-	-	-	17.516,67
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	147.448,54	-	-	-	231.456,45
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	-	-	-	*141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	*141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.744.182,00</b>	<b>4.624.105,00</b>	<b>141.031,00</b>	<b>35.119.920,06</b>	<b>**542.225,27</b>	<b>2.664.502,63</b>	<b>77.567,43</b>	<b>57.887.168,00</b>
<b>SALDO LÍQUIDO TOTAL</b>								<b>57.887.168,00</b>

#### NOTAS EXPLICATIVAS

**1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio:** 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 13º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00 | 14º - 06/08/2013 >> R\$ 4.624.105,00

**2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (\*)**

**3) Setor de Bovídeos (\*\*)**

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repasso mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

**4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da subconta do Setor de Bovídeos e creditado para subconta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.**

Ágide Meneguette  
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi  
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt  
Contadora | CO-CRC/PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

## ARAPOTI



## Manejo e ordenha

O Sindicato Rural de Arapoti realizou de 13 a 18 de julho, na Chácara Boa Esperança, de propriedade do casal Ana Cristina de Geus Los Verburg e Wilko Laurens Verburg, o curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite - Manejo e Ordenha. Participaram 27 produtores com o instrutor Aloisio Golin.

## CAMPINA DA LAGOA



## Floricultura

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o curso de Trabalhador na Floricultura – Básico, nos dias 16, 24 e 29 de julho. Participaram 13 produtoras rurais com o instrutor Geremias Cilião de Araújo Junior.

## IVATUBA



## Mulher Atual

O Sindicato Rural de Maringá concluiu, em sua extensão de base em Ivatuba, no dia 23 de julho, mais uma turma de 20 produtoras do curso Gestão de Pessoas - Mulher Atual. O encerramento foi com um passeio pelos pontos turísticos como a famosa Jardineira de Maringá e em templos religiosos. A programação encerrou com almoço e palestra do presidente do sindicato, José Antônio Borghi.

## CAMPINA DA LAGOA



## Gestão de Pessoas

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu, em parceria com a Secretaria Municipal da Agricultura de São Manoel do Paraná, o curso de Gestão de Pessoas - Comunicação e Técnicas de Apresentação. Realizado na Câmara dos Vereadores de São Manoel, o curso teve 18 participantes e como instrutor Francisco José Bochi.

## NOVA PRATA DO IGUAÇU



## JAA

No dia 23 de julho começou na Casa Familiar Rural o curso Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) - cenário agrossilvipastoril - bovinocultura leiteira para a turma do 3º. ano do Ensino Médio. O vice-prefeito, Ivo O. Schneider participou da aula inicial. O instrutor do grupo é Marcelo Zatta.

## REALEZA



## Aniversário

O Sindicato Rural de Realeza completou no dia 7 de agosto, 32 anos de existência. São em torno de 50 sócios e sua atuação se estende a sua extensão de base, o município de Santa Izabel do Oeste. Sem fins lucrativos, a entidade é mantida pelos associados e realiza cursos e programas em conjunto com a FAEP e SENAR-PR.

## PALOTINA



## Forragicultura

O Sindicato Rural de Palotina realizou o curso Trabalhador na Forragicultura – estabelecimento, recuperação e reforma de pastagem, nos dias 10, 11 e 12 de agosto. Participaram 10 produtores rurais com o instrutor Paulo Roberto Marchesan.

## SÃO TOMÉ



## Inclusão digital

O Sindicato Rural de São Tomé, em parceria com a Usina de Açúcar Santa Terezinha - Unidade São Tomé, realizou nos dias 5, 6 e 7 de agosto o Programa Inclusão Digital - Excel. Participaram 11 funcionários e produtores com o instrutor Welysson Herrero.

## Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: [imprensa@faep.com.br](mailto:imprensa@faep.com.br) com seu nome e endereço.

## Pérolas dos Tribunais

**Pergunta:** Qual é a data do seu aniversário?

**Resposta:** 15 de julho.

**Pergunta:** Que ano?

**Resposta:** Todo ano.

**Pergunta:** Qual foi a primeira coisa que seu marido disse quando acordou naquela manhã?

**Resposta:** Ele disse: “Onde estou Bete?”

**Pergunta:** E porque você o agrediu?

**Resposta:** Meu nome é Célia.

## Coelho raro na internet

Pika-de-Ili é um lagomorfo, animal ameaçado de extinção que vive em uma região remota na China. Com menos de mil exemplares, o pika-de-Ili é mais raro que o urso panda. O animal, do gênero dos octonídeos e “primo” de coelhos e lebres, só foi visto pela primeira vez em 1983. O autor da façanha foi o ambientalista Li Weidong, que dedicou os últimos 30 anos de sua vida à missão de documentar e proteger o roedor. Depois de três anos de estudos, Weidong e sua equipe batizaram o animal de pika-de-Ili, em homenagem à região de Ili, no extremo noroeste da China, onde o lagomorfo foi avistado pela primeira vez. Os pikas-de-Ili viraram sensação na internet depois que apareceram na revista National Geographic.



## Crescimento mais rápido

Qual a planta mais rápida do mundo? Segundo o livro Guinnes dos records, algumas espécies de bambu do Reino Unido crescem a uma taxa de até 91 centímetros por dia, garantindo o recorde de planta com o crescimento mais rápido. Também é uma das plantas mais altas, algumas espécies de bambu registradas nos trópicos chegam a 40 metros de altura.



# A cidade dos Livros

Lençóis Paulista, no interior de São Paulo, virou notícia por ter mais livros do que habitantes. O acervo da Biblioteca Municipal é de 150 mil livros e ultrapassa o número de moradores, que são 65 mil. Não é à toa que a cidade ganhou o título de 'Cidade do livro'.



## Bizarrices nos aeroportos



Diariamente são apreendidos nos aeroportos brasileiros produtos de origem variada e que têm entrada proibida no país por não estarem em acordo com as normas brasileiras de biossegurança. O engenheiro agrônomo da Vigilância Agropecuária Internacional, Antônio da Matta, desde 2004, decidiu fotografar as apreensões no Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo. As fotos são todas compiladas no Flickr "Mala Illegal". Língua de pato, pé de galinha e ninho de andorinha são algumas iguarias peculiares da China que estão na lista de apreensões. Os chineses estão entre os campeões na tentativa de entrada no país com produtos estranhos. Mudanças de plantas com terra também são recorrentes entre os chacareiros viajantes.

## Curiosidades Olímpicas

Ainda falta um ano para as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro e já há registros de números impressionantes. Serão distribuídas 306 medalhas no total. Serão 42 modalidades de esporte em disputa, incluindo rugby e golfe que são novas. Serão 10.900 atletas de 204 países que virão para o Brasil. A tocha olímpica passará pelas mãos de 10 mil carregadores durante um revezamento que leva 100 dias e percorrerá os 27 estados do Brasil. O orçamento dos jogos custou uma bagatela de R\$37,6 bilhões.



# Ditados populares

Na pressa, as pessoas foram "comendo" as palavras, pronunciando errado até que um erro repetido tantas vezes se tornou verdade. É o que aconteceu com alguns ditados populares.

**1 - No popular se diz: 'Esse menino não pára quieto, parece que tem bicho carpinteiro'.** Correto: 'Esse menino não pára quieto, parece que tem bicho no corpo inteiro'.

**2 - Batatinha quando nasce, esparrama pelo chão.'** Enquanto o correto é: 'Batatinha quando nasce, espalha a rama pelo chão.'

**3 - Cor de burro quando foge.'** O correto é: 'Corro de burro quando foge!'

**4 - Outro que no popular todo mundo erra: 'Quem tem boca vai a Roma.'** O correto é: 'Quem tem boca vai a Roma.' (isso mesmo, do verbo vaiar).

## Guerra Química

Na Primeira Guerra Mundial, canários e ratos eram usados como cobaias pelos aliados sempre que se cavava um túnel nas proximidades da linha dos inimigos. O objetivo era detectar a presença de algum gás, principalmente, o Gás Mostarda, devido à guerra química que se iniciava.



# QUE TIPO DE PESSOA VIVE NO LUGAR DE ONDE VOCÊ VEM?

*Conta uma lenda popular do Oriente que um jovem chegou à beira de um oásis junto a um povoado e, aproximando-se de um senhor idoso, perguntou-lhe:*

- Que tipo de pessoa vive nesse lugar?
- Que tipo de pessoa vivia no lugar de onde você vem?
- perguntou o ancião.
- Oh, um grupo de egoístas e malvados – replicou o rapaz.
- Estou satisfeito por ter saído de lá.
- A mesma coisa você haverá de encontrar por aqui – replicou o velho.

No mesmo dia, outro jovem se acercou do oásis para beber água e, vendo o ancião, perguntou-lhe:

- Que tipo de pessoa vive por aqui?

O velho respondeu com a mesma pergunta:

- Que tipo de pessoa vive no lugar de onde você vem?

O rapaz respondeu: - Um magnífico grupo de pessoas, amigas, honestas, hospitaleiras. Fiquei muito triste por ter deixá-las.

- O mesmo encontrará por aqui – respondeu o ancião.

Um homem que havia escutado as duas conversas

perguntou ao velho:

- Como é possível dar respostas tão diferentes à mesma pergunta?

**Ao que o velho respondeu:**

- Os sentimentos que cada um carrega no seu coração não dependem de onde vieram. Aquele que nada encontrou de bom nos lugares por onde passou não poderá encontrar outra coisa por aqui. Aquele que encontrou amigos ali, também os encontrará aqui, porque, na verdade, a nossa atitude mental é a única coisa na nossa vida sobre a qual podemos manter controle absoluto.



#### Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

#### EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

#### REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável \_\_\_\_\_

#### SISTEMA FAEP



#### SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |  
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br  
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |  
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo  
está disponível no site:

[sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)